05/06/2014 - Engenheiros do Metrô aderem à greve da categoria na Prefeitura de SP

Profissionais do Metrô não aprovam proposta de reajuste salarial de 8,7% da empresa e decidem paralisar suas atividades nesta quinta (5). Arquitetos e engenheiros da prefeitura fazem ação na Paulista

Em assembleia, nesta quarta-feira (4), os engenheiros do Metrô recusaram a proposta de reajuste salarial de 8,7% da empresa e decidiram paralisar suas atividades nesta quinta (5). Ratificaram, ainda, a disposição de continuar negociando em busca do reajuste de 16,5% defendido pelo SEESP. Como saída para o impasse, o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região convocou, para esta quinta (5), às 15h30, audiência de Conciliação e Instrução. Após a reunião, os engenheiros farão assembleia, às 18h30, na sede do sindicato (Rua Genebra, 25, Bela Vista, São Paulo), para avaliar a audiência do TRT e decidir os próximos passos do movimento.
Já os engenheiros e arquitetos da Prefeitura de São Paulo, em greve há nove dias, fazem uma nova ação de esclarecimento à população em frente ao vão livre do Masp, na Avenida Paulista, desde às 10h desta quinta-feira (5/6). Com faixas, apitos, cartazes e folhetos, os servidores aproveitam o sinal fechado da via para explicar aos motoristas que trafegam na região, e também transeuntes, sobre a situação das categorias. A atividade, decidida em assembleia por cerca de 500 trabalhadores, na tarde de quarta (4), será mantida ao longo de toda a tarde. Nesta sexta (6), ocorre outra reunião para tratar da paralisação. Na próxima terça (10), está programada a reunião do Colégio de Líderes da Câmara Municipal de São Paulo, às 14h, quando serão definidos os integrantes do grupo de estudo que será criado na Comissão de Administração Pública da Casa para analisar a situação salarial e da carreira das categorias.

Próximas ações
Entre as próximas ações definidas estão uma nova reunião às 10h, na sexta (6), na sede do SEESP. A próxima assembleia da categoria está marcada para a quarta-feira (11), véspera da abertura da Copa do Mundo. Segundo a comissão de servidores recebida pelos representantes da prefeitura, será enviada até sexta-feira para os trabalhadores o projeto de lei (PL) que propõe uma reestruturação de carreiras, divididas em quatro faixas de analistas do município, que iguala diversas categorias em um mesmo nível salarial com remuneração a partir de subsídios que, de acordo com os servidores, só beneficiam engenheiros e arquitetos em início de carreira (quase 40% da categoria). Cerca de 500 servidores presentes na assembleia, que representam um terço do quadro total do município, além de rejeitarem o PL nesses moldes, aceitaram fortalecer os grupos técnicos de estudos, formados nesta semana dentro do movimento grevista, para formular novas propostas para a reestruturação da carreira.
A decisão foi feita após a chegada de outro grupo, vindo de uma reunião da Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal onde formalizou o pedido de criação de um grupo de estudo na comissão para analisar a política salarial e estruturas das carreiras dos servidores. Na terça-feira (3), os servidores estiveram no Colégio de Líderes pela terceira vez. Na ocasião, o presidente da Câmara, Zé Américo (PT), após recomendação do vereador Nelo Rodolfo (PMDB), da base governista, de criação de um grupo de estudo na Casa, recomendou que o mesmo fosse instituído nessa comissão. Os integrantes do grupo devem ser definidos na

reunião do Colégio de Líderes que ocorre na terça (10), às 14h.
Todo vereador pode apresentar emenda de alteração, supressão ou adição de questões. No entanto, não pode interferir na competência do Executivo, que é quem define o regime salarial.

Reivindicações
Desde o dia 27 de maio, os trabalhadores paralisaram suas atividades no município após diversas tentativas de negociar com o Executivo reposição salarial, reformulação do plano de carreira e mudança na Lei Salarial 13.303/02, que permite ao executivo municipal conceder reajuste de apenas 0,01%. Desde maio de 2007, os servidores do município, incluindo os engenheiros, acumulam perdas inflacionárias de 49,46%, segundo o INPC/IBGE.
Outro ponto reivindicado pelos trabalhadores de nível superior é a aplicação do piso salarial de engenheiro e arquiteto, que é de 9 salários mínimos. De acordo com balanço parcial do SEESP e do Sindicato dos Arquitetos no Estado de S. Paulo (Sasp), estão com atividades paralisadas nos setores de engenharia e arquitetura: 40% das subprefeituras, como Vila Mariana e Parelheiros; 100% Secretaria de Segurança Urbana; 90% da Secretaria de Licenciamento e demais secretarias localizadas no Edifício Martinelli; 80% das secretarias localizadas na Galeria Olido como Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras e Secretaria da Cultura. A Secretaria do Verde e Meio Ambiente também está com atividade paralisada parcialmente.

Sobre a Federação Nacional dos Engenheiros - Fundada em 25 de fevereiro de 1964, a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) tem sede em Brasília e, hoje, é composta por 18 sindicatos estaduais, aos quais estão ligados cerca de 500 mil profissionais. A entidade foi constituída com o objetivo de representar nacionalmente a categoria, atuando na coordenação, na defesa e na representação dos profissionais, por intermédio de seus sindicatos.
Atua intensamente na congregação de seus representados e luta pelos direitos dos profissionais, por melhores condições de vida e trabalho e pelo fortalecimento da democracia e suas instituições.
Bandeira fundamental da entidade é também a luta pelo desenvolvimento do País com inclusão social. Tal objetivo está presente no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em setembro de 2006, em São Paulo, durante o VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), e atualizado por ocasião do VII Conse, em 2009.

In Press Oficina